

# **Demonstrações Contábeis Regulatórias**

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

31 de dezembro de 2022  
com Relatório do Auditor Independente

# **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

## Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Pampa Transmissão de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Pampa Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes**

Conforme mencionado na nota explicativa 6, em decorrência da readequação dos fluxos de ativo de contrato realizada pela Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



## **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

## **Outros assuntos**

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 14 de abril de 2023

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

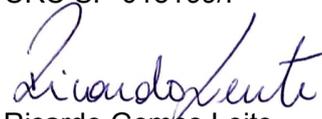
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/F



Ricardo Gomes Leite  
Contador CRC RJ-107146/O

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Balanco patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Ativo			(reapresentada)	(reapresentada)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	201.994	94.340	180.166
Impostos a recuperar		5.001	1.370	125
Instrumentos financeiros derivativos		-	16.260	-
Outros ativos circulantes		209	123	197
		<b>207.204</b>	112.093	180.488
Não circulante				
Outros ativos não circulantes		-	257	358
Impostos diferidos	12	40.488	36.086	35.713
Imobilizado	8	613.655	308.959	102.184
Intangível	8	18.365	9.169	2.071
		<b>672.508</b>	354.471	140.326
Total do ativo		<b>879.712</b>	466.564	320.814
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	9	3.507	21.041	3.296
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	280.405	391.210	253.303
Impostos a recolher		5.455	640	196
Partes relacionadas	10	30.472	16.798	27.176
Dividendos	13	36.864	25.770	8.124
Instrumentos derivativos		1.658	-	528
Outras obrigações		332	599	-
		<b>358.693</b>	456.058	292.623
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	376.194	-	-
Outras obrigações		1.075	791	105
		<b>377.269</b>	791	105
Patrimônio líquido	13			
Capital social		146.486	1.486	1.486
Reserva de lucros		257.787	77.510	24.671
Lucros acumulados		(260.523)	(69.281)	1.929
		<b>143.750</b>	9.715	28.086
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>879.712</b>	466.564	320.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>01/01/2021</b>
			<b>(reapresentada)</b>	<b>(reapresentada)</b>
Outras receitas	14			
Doações		<b>2.273</b>	-	-
Pis e Cofins		<b>(210)</b>	-	-
Resultado após doações		<b>2.063</b>	-	-
Custos gerenciáveis	15			
Pessoal		<b>(1.000)</b>	(891)	(144)
Material		<b>(6)</b>	(2)	(2)
Serviços de terceiros		<b>(654)</b>	(168)	(456)
Aluguéis		<b>(56)</b>	(33)	(24)
Outras despesas		<b>(153)</b>	(1)	(74)
Resultado da atividade		<b>(1.869)</b>	(1.095)	(700)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras		-	-	-
Despesas financeiras		-	(3)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<b>194</b>	(1.098)	(700)
Imposto de renda e contribuição social corrente		<b>(4.467)</b>	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	<b>4.402</b>	373	35.615
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		<b>129</b>	(725)	34.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>01/01/2021</u>
		(reapresentada)	(reapresentada)
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	129	(725)	34.915
Total do resultado abrangente do exercício	<u>129</u>	<u>(725)</u>	<u>34.915</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social subscrito	Reserva de lucros		Lucros/ prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Saldos em 1º de janeiro de 2021 (reapresentado)	1.486	297	24.374	1.929	28.086
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(725)	(725)
Destinação de lucros a:					
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(17.646)	(17.646)
Reserva de lucros a realizar	-	-	52.839	(52.839)	-
Reversão dos dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	1.486	297	77.213	(69.281)	9.715
Integralização de capital	<b>145.000</b>	-	-	-	<b>145.000</b>
Reversão de dividendos 2020 e 2021	-	-	-	<b>25.770</b>	<b>25.770</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	<b>129</b>	<b>129</b>
Destinação de lucros a:					
Reserva legal	-	<b>7.761</b>	-	<b>(7.761)</b>	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	<b>(36.864)</b>	<b>(36.864)</b>
Reserva de lucros a realizar	-	-	<b>172.516</b>	<b>(172.516)</b>	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<b>146.486</b>	<b>8.058</b>	<b>249.729</b>	<b>(260.523)</b>	<b>143.750</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<b>194</b>	(1.098)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais		
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	<b>22.124</b>	9.180
Instrumentos financeiros derivativos	<b>17.918</b>	(16.788)
Variação cambial	<b>1.061</b>	12.165
Amortização do custo de transação	<b>17</b>	-
Provisões	<b>(5.859)</b>	6.762
Baixa de ativo imobilizado	<b>-</b>	40.247
Lucro ajustado	<b>35.455</b>	50.468
Variações nos ativos e passivos: Partes relacionadas	<b>13.674</b>	(10.378)
Adiantamentos diversos	<b>171</b>	(175)
Tributos a recuperar	<b>(3.631)</b>	(1.245)
Outras obrigações	<b>15</b>	1.285
Fornecedores	<b>(11.673)</b>	10.983
Tributos e contribuições sociais a recolher	<b>348</b>	444
	<b>(1.096)</b>	1.264
Fluxo caixa líquido originado nas atividades operacionais	<b>34.359</b>	51.732
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	<b>(304.696)</b>	(247.022)
Aquisição de intangível	<b>(9.195)</b>	(7.098)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<b>(313.891)</b>	(254.120)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital	<b>145.000</b>	-
Captação empréstimos e financiamentos	<b>1.074.018</b>	375.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	<b>(799.608)</b>	(250.000)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	<b>(16.777)</b>	(8.438)
Variação cambial realizada	<b>(15.447)</b>	-
Fluxo de caixa líquido originado nas atividades de financiamento	<b>387.186</b>	116.562
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<b>107.654</b>	(85.826)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<b>94.340</b>	180.166
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<b>201.994</b>	94.340
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<b>107.654</b>	(85.826)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **1. Contexto operacional**

A Pampa Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), controlada pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 22 de novembro de 2018, está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia não desenvolveu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, atividades não vinculadas ao objeto de sua concessão.

#### **1.1. Concessão**

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia elétrica nº 13/2019 – ANEEL, datado de 22 de março de 2019, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos no estado de Rio Grande do Sul:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 525kV, entre as subestações Gravataí e Capivari do Sul, em circuito simples, com extensão aproximada de 83 km;
- (ii) Linha de transmissão Guaíba 3 - Capivari do Sul em 525kV, circuito simples, com extensão aproximada de 178 km;
- (iii) Linha de transmissão Viamão 3 - Capivari do Sul em 230kV, circuito simples, com extensão aproximada de 65 km;
- (iv) Subestação Capivari do Sul em 525/230kV -13,8kV (6+1R) x 224 MVA e 230/138-13,8kV (2x100 MVA);
- (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, reatores e respectivas conexões, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

#### **1.1. Concessão--Continuação**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se em integralmente em fase de pré-operacional e a previsão inicial de entrada em operação em 22 de março de 2023. No entanto, em 2 de junho de 2020, a ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 8.926, autorizou a postergação em quatro meses dos prazos de entrada em operação comercial dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica cujos prazos definidos nos atos de outorga sejam posteriores a 11 de março de 2020 (data da declaração de pandemia da COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde – OMS). Dessa forma, o novo prazo regulatório para a entrada em operação comercial passa a ser de 22 de julho de 2023.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

#### **1.2. Receita Anual Permitida - RAP**

O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante R\$74.721 a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

#### **1.3. Encargos regulamentares**

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

#### **1.4. Impactos do COVID-19**

Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção para seus colaboradores e comunidades que atua, visando a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

A partir de outubro de 2021 os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada ao trabalho presencial na modalidade Híbrido, seguindo os protocolos de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o plano das atividades presenciais, suas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias presenciais e dois em *home office* (trabalho remoto); uso obrigatório de máscaras; distanciamento nas estações de trabalho e demais ambientes (copas, banheiros) e restrições de utilização de salas de reunião enquanto perdurar o alerta contra o COVID-19.

A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **2. Setor elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

### **3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

#### **3.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador, ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933 de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação**

#### **3.1. Declaração de conformidade--Continuação**

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022. Não tiveram impactos significativos para a Companhia quando da adoção das normas atualizadas.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações regulatórias, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 18.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 26 de abril de 2023.

#### **3.2. Licenças ambientais**

O órgão ambiental responsável pelas licenças ambientais da Pampa Transmissão de Energia S.A é a FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER - FEPAM do estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia obteve as seguintes licenças para construção dos empreendimentos, conforme quadro apresentado abaixo.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

#### 3.2. Licenças ambientais--Continuação

Licenças	Empreendimentos
LO nº 4457/2022, em 28/12/2022	SE Capivari do Sul (Nova)
LO nº 892/2023, em 23/03/2023	SE Viamão 3 (Ampliação)
LO nº 782/2023, em 16/03/2023	SE Gravataí (Ampliação)
LPI nº 167/2020, em 20/08/2020	SE Guaíba 3 (Ampliação)
LO nº 922/2023, em 24/03/2023	LT 230 kV Capivari do Sul - Viamão 3
LIER nº 209/2022, em 29/09/2022	LT 525 kV Capivari do Sul - Gravataí
LIER nº 42/2023, em 17/03/2023	LT 525 kV Capivari do Sul - Guaíba 3

Nota: LPI - Licença Prévia de Instalação, LIER - Licença de Instalação EIA-RIMA, LO- Licença de Operação, LOER – Licença de Operação EIA-RMA.

Adicionalmente, destaca-se que para obtenção destas licenças também foram necessárias outras autorizações específicas de órgãos intervenientes, as quais já foram obtidas e suas condicionantes atendidas (ou estão em atendimento).

#### 3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

#### 3.5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais e instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **4. Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou de forma consistente as políticas contábeis descritas abaixo nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

#### **4.1. Reconhecimento da receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

#### **4.2. Receita e despesas financeiras**

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

#### **4.3. Instrumentos financeiros**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado.

ii) Ativos financeiros derivativos

A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de SWAP, para efetuar a troca de exposição ao Dólar mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como hedges, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda.

iii) Ativo financeiro ao custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2021 os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam a conta concessionárias e permissionárias e é mensurado pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 38 / IAS 39.46 (a).

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **4. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **4.4. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

#### **4.5. Tributação e encargos regulatórios**

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS, respectivamente às alíquotas de 7,60% e 1,65%;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

#### **4.6. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias e correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **4. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **4.6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

#### **4.7. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **4.8. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante**

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando:

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **4. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **4.8. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante--Continuação**

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

#### **4.9. Distribuição de lucros**

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei.

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

##### Imposto de renda sobre os dividendos

Os dividendos pagos e recebidos entre pessoas físicas e jurídicas residentes ou não no Brasil são isentos de imposto de renda.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 4. Principais políticas contábeis – Continuação

#### 4.10. Imobilizado

i) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. Os quais, na avaliação da Companhia, se aproximam da vida útil dos bens.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência do contrato operado pela Companhia. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

ii) Imobilizado em curso

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros líquidos dos rendimentos sobre aplicações financeiras, as variações monetárias, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **4. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **4.10. Imobilizado--Continuação**

##### iii) Redução ao valor recuperável ("impairment")

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável. A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Pampa sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos períodos apresentados.

#### **4.11. Intangível**

Registrado ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

#### **4.12. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **4. Principais políticas contábeis--Continuação**

#### **4.12. Mensuração do valor justo--Continuação**

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

#### **4.13. Demonstração de fluxo de Caixa (“DFC”)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”) A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 4. Principais políticas contábeis--Continuação

#### 4.13. Demonstração de fluxo de Caixa (“DFC”)--Continuação

A Companhia classifica os juros pagos e os dividendos recebidos como atividade de investimento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno de seus investimentos.

### 5. Normas emitidas e interpretações

#### 5.1. Novas normas e interpretações

##### a) Normas emitidas e vigentes

- CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro
- CPC 26 (R1) (IAS 1) e (CPC 23) (IAS 8) - Definição de omissão material
- CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos.
- CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
- CPC 40 (R1) (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação
- CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros

A administração da Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas.

##### b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

###### *CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de seguro*

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 5. Normas emitidas e interpretações--Continuação

#### 5.1. Novas normas e interpretações--Continuação

##### b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

###### *CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de seguro*--Continuação

Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

###### *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)*

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 5. Normas emitidas e interpretações--Continuação

#### 5.1. Novas normas e interpretações--Continuação

##### b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

*Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)*--Continuação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

*Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis*

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

*Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis*

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de Políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **5. Normas emitidas e interpretações--Continuação**

#### **5.1. Novas normas e interpretações--Continuação**

##### **b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação**

###### *Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis--Continuação*

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

###### *Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação*

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

### **6. Reapresentação**

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu com ajustes no balanço patrimonial, demonstração das mutações do patrimônio líquido e certas notas explicativas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, originalmente emitidas em 27 de junho de 2022.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **6. Reapresentação--Continuação**

Com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, as demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro 2022 foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Os impactos dos ajustes estão sendo demonstrados a seguir:

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 6. Reapresentação--Continuação

#### a) Balanço patrimonial

	31/12/2021			31/12/2020			01/01/2021		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo</b>									
<b>Circulante</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	94.340	-	94.340	180.166	-	180.166	180.166	-	180.166
Impostos a recuperar	1.370	-	1.370	125	-	125	125	-	125
Instrumentos derivativos	16.260	-	16.260	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	123	-	123	197	-	197	197	-	197
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>112.093</b>	<b>-</b>	<b>112.093</b>	<b>180.488</b>	<b>-</b>	<b>180.488</b>	<b>180.488</b>	<b>-</b>	<b>180.488</b>
<b>Não circulante</b>									
IRPJ e CSLL diferidos	36.086	-	36.086	35.713	-	35.713	35.713	-	35.713
Outros ativos não circulantes	257	-	257	358	-	358	358	-	358
Imobilizado	308.959	-	308.959	102.184	-	102.184	102.184	-	102.184
Intangível	9.169	-	9.169	2.071	-	2.071	2.071	-	2.071
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>354.471</b>	<b>-</b>	<b>354.471</b>	<b>140.326</b>	<b>-</b>	<b>140.326</b>	<b>140.326</b>	<b>-</b>	<b>140.326</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>466.564</b>	<b>-</b>	<b>466.564</b>	<b>320.814</b>	<b>-</b>	<b>320.814</b>	<b>320.814</b>	<b>-</b>	<b>320.814</b>
<b>Passivo</b>									
<b>Circulante</b>									
Fornecedores	21.041	-	21.041	3.296	-	3.296	3.296	-	3.296
Empréstimos e financiamentos	391.210	-	391.210	253.303	-	253.303	253.303	-	253.303
Impostos a recolher	640	-	640	196	-	196	196	-	196
Partes relacionadas	16.798	-	16.798	27.176	-	27.176	27.176	-	27.176
Dividendos	8.225	17.545	25.770	5.321	2.803	8.124	5.321	2.803	8.124
Instrumentos derivativos	-	-	-	528	-	528	-	-	528
Outas obrigações	599	-	599	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>438.513</b>	<b>17.545</b>	<b>456.058</b>	<b>289.820</b>	<b>2.803</b>	<b>292.623</b>	<b>289.820</b>	<b>2.803</b>	<b>292.623</b>
<b>Não circulante</b>									
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações	791	-	791	105	-	105	105	-	105
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>791</b>	<b>-</b>	<b>791</b>	<b>105</b>	<b>-</b>	<b>105</b>	<b>105</b>	<b>-</b>	<b>105</b>
<b>Patrimônio líquido</b>									
Capital social	1.486	-	1.486	1.486	-	1.486	1.486	-	1.486
Reserva de lucros	24.875	52.635	77.510	16.163	8.508	24.671	16.163	8.508	24.671
Lucros acumulados	899	(70.180)	(69.281)	13.240	(11.311)	1.929	13.240	(11.311)	1.929
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>27.260</b>	<b>(17.545)</b>	<b>9.715</b>	<b>30.889</b>	<b>(2.803)</b>	<b>28.086</b>	<b>30.889</b>	<b>(2.803)</b>	<b>28.086</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>466.564</b>	<b>-</b>	<b>466.564</b>	<b>320.814</b>	<b>-</b>	<b>320.814</b>	<b>320.814</b>	<b>-</b>	<b>320.814</b>

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 6. Reapresentação--Continuação

#### b) Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucro a realizar		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b> <b>(originalmente apresentado)</b>	1.486	297	15.866	13.240	30.889
<b>Ajustes efetuados</b>					
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Destinação de lucros a:					
Reserva legal	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.803)	(2.803)
Reserva de lucros a realizar	-	-	8.508	(8.508)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b> <b>(Total ajustado)</b>	-	-	8.508	(11.311)	(2.803)
Aumento de capital	309	-	-	-	309
Lucro líquido do exercício	-	-	-	34.915	34.915
Destinação de lucros a:					
Reserva legal	-	297	-	(297)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(8.124)	(8.124)
Reserva de lucros a realizar	-	-	24.374	(24.374)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b> <b>(reapresentado)</b>	1.486	297	24.374	1.929	28.086
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	1.486	297	24.374	1.929	28.086
Integralização de capital	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(725)	(725)
Destinação de lucros a:					
Reserva legal	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(17.646)	(17.646)
Reserva de lucros a realizar	-	-	52.839	(52.839)	-
Reversão de dividendos	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b> <b>(reapresentado)</b>	1.486	297	77.213	(69.281)	9.715

#### c) Políticas de dividendos

	31/12/2021		31/12/2021		31/12/2020		01/01/2021	
	Originalmente		Reapresentada		Originalmente		Reapresentada	
	Apresentada	Ajustes	Reapresentada	Apresentada	Apresentada	Ajustes	Reapresentada	Reapresentada
Lucro líquido do exercício	11.616	58.967	70.583	21.582	11.213	32.795	32.795	
(-) Reserva legal	-	-	-	(297)	-	(297)	(297)	
<b>Lucro ajustado</b>	<b>11.616</b>	<b>58.967</b>	<b>70.583</b>	<b>21.285</b>	<b>11.213</b>	<b>32.498</b>	<b>32.498</b>	
<b>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</b>	<b>2.904</b>	<b>14.742</b>	<b>17.646</b>	<b>5.321</b>	<b>2.803</b>	<b>8.125</b>	<b>8.125</b>	

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 6. Reapresentação--Continuação

#### d) Nota Conciliatória - Balanço Patrimonial

	31 de dezembro de 2020 - Originalmente apresentada			Ajustes			31 de dezembro de 2020 - reapresentado		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>									
<b>Circulante</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	180.166	-	180.166	-	-	-	180.166	-	180.166
Impostos a recuperar	125	-	125	-	-	-	125	-	125
Instrumentos derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo de contrato	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	197	-	197	-	-	-	197	-	197
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>180.488</b>	<b>-</b>	<b>180.488</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>180.488</b>	<b>-</b>	<b>180.488</b>
<b>Não circulante</b>									
IRPJ e CSLL diferidos	35.713	(35.713)	-	-	-	-	35.713	(35.713)	-
Outros ativos não circulantes	358	-	358	-	-	-	358	-	358
Ativo de contrato	-	151.591	151.591	-	18.735	18.735	-	170.326	170.326
Imobilizado	102.184	(102.184)	-	-	-	-	102.184	(102.184)	-
Intangível	2.071	(2.071)	-	-	-	-	2.071	(2.071)	-
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>140.326</b>	<b>11.623</b>	<b>151.949</b>	<b>-</b>	<b>18.735</b>	<b>18.735</b>	<b>140.326</b>	<b>30.358</b>	<b>170.684</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>320.814</b>	<b>11.623</b>	<b>332.437</b>	<b>-</b>	<b>18.735</b>	<b>18.735</b>	<b>320.814</b>	<b>30.358</b>	<b>351.172</b>
<b>Passivo</b>									
<b>Circulante</b>									
Fornecedores	3.296	-	3.296	-	-	-	3.296	-	3.296
Empréstimos e financiamentos	253.303	-	253.303	-	-	-	253.303	-	253.303
Impostos a recolher	196	-	196	-	-	-	196	-	196
Partes relacionadas	27.176	-	27.176	-	-	-	27.176	-	27.176
Dividendos	5.321	-	5.321	2.803	-	2.803	8.124	-	8.124
Instrumentos derivativos	528	-	528	-	-	-	528	-	528
Outras obrigações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>289.820</b>	<b>-</b>	<b>289.820</b>	<b>2.803</b>	<b>-</b>	<b>2.803</b>	<b>292.623</b>	<b>-</b>	<b>292.623</b>
<b>Não circulante</b>									
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferido	-	10.852	10.852	-	5.777	5.777	-	16.629	16.629
Pis e Cofins diferidos	-	14.011	14.011	-	1.745	1.745	-	15.756	15.756
Outras obrigações	105	-	105	-	-	-	105	-	105
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>105</b>	<b>24.863</b>	<b>24.968</b>	<b>-</b>	<b>7.522</b>	<b>7.522</b>	<b>105</b>	<b>32.385</b>	<b>32.490</b>
<b>Patrimônio líquido</b>									
Capital social	1.486	-	1.486	-	-	-	1.486	-	1.486
Reserva de lucros	16.163	-	16.163	8.508	(98)	8.410	24.671	(98)	24.573
Lucros acumulados	13.240	(13.240)	-	(11.311)	11.311	-	1.929	(1.929)	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>30.889</b>	<b>(13.240)</b>	<b>17.649</b>	<b>(2.803)</b>	<b>11.213</b>	<b>8.410</b>	<b>28.086</b>	<b>(2.027)</b>	<b>26.059</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>320.814</b>	<b>11.623</b>	<b>332.437</b>	<b>-</b>	<b>18.735</b>	<b>18.735</b>	<b>320.814</b>	<b>30.358</b>	<b>351.172</b>

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 6. Reapresentação--Continuação

#### d) Nota Conciliatória - Balanço Patrimonial--Continuação

	31 de dezembro de 2021 - Originalmente apresentada			Ajustes			31 de dezembro de 2021 - reapresentado		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>									
<b>Circulante</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	94.340	-	94.340	-	-	-	94.340	-	94.340
Impostos a recuperar	1.370	-	1.370	-	-	-	1.370	-	1.370
Instrumentos derivativos	16.260	-	16.260	-	-	-	16.260	-	16.260
Ativo de contrato	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	123	-	123	-	-	-	123	-	123
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>112.093</b>	<b>-</b>	<b>112.093</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>112.093</b>	<b>-</b>	<b>112.093</b>
<b>Não circulante</b>									
IRPJ e CSLL diferidos	36.086	(36.086)	-	-	-	-	36.086	(36.086)	-
Outros ativos não circulantes	257	-	257	-	-	-	257	-	257
Ativo de contrato	-	407.879	407.879	-	117.173	117.173	-	525.052	525.052
Imobilizado	308.959	(308.959)	-	-	-	-	308.959	(308.959)	-
Intangível	9.169	(9.169)	-	-	-	-	9.169	(9.169)	-
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>354.471</b>	<b>53.665</b>	<b>408.136</b>	<b>-</b>	<b>117.173</b>	<b>117.173</b>	<b>354.471</b>	<b>170.838</b>	<b>525.309</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>466.564</b>	<b>53.665</b>	<b>520.229</b>	<b>-</b>	<b>117.173</b>	<b>117.173</b>	<b>466.564</b>	<b>170.838</b>	<b>637.402</b>
<b>Passivo</b>									
<b>Circulante</b>									
Fornecedores	21.041	-	21.041	-	-	-	21.041	-	21.041
Empréstimos e financiamentos	391.210	-	391.210	-	-	-	391.210	-	391.210
Impostos a recolher	640	-	640	-	-	-	640	-	640
Partes relacionadas	16.798	-	16.798	-	-	-	16.798	-	16.798
Dividendos	8.225	-	8.225	17.545	-	17.545	25.770	-	25.770
Instrumentos derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações	599	-	599	-	-	-	599	-	599
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>438.513</b>	<b>-</b>	<b>438.513</b>	<b>17.545</b>	<b>-</b>	<b>17.545</b>	<b>456.058</b>	<b>-</b>	<b>456.058</b>
<b>Não circulante</b>									
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferido	-	16.836	16.836	-	31.731	31.731	-	48.567	48.567
Pis e Cofins diferidos	-	37.728	37.728	-	15.262	15.262	-	52.990	52.990
Outras obrigações	791	-	791	-	-	-	791	-	791
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>791</b>	<b>54.564</b>	<b>55.355</b>	<b>-</b>	<b>46.993</b>	<b>46.993</b>	<b>791</b>	<b>101.557</b>	<b>102.348</b>
<b>Patrimônio líquido</b>									
Capital social	1.486	-	1.486	-	-	-	1.486	-	1,486
Reserva de lucros	24.875	-	24.875	52.635	-	52.635	77.510	-	77.510
Lucros acumulados	899	(899)	-	(70.180)	70.180	-	(69.281)	69.281	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>27.260</b>	<b>(899)</b>	<b>26.361</b>	<b>(17.545)</b>	<b>70.180</b>	<b>52.635</b>	<b>9.715</b>	<b>69.281</b>	<b>78.996</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>466.564</b>	<b>53.665</b>	<b>520.229</b>	<b>-</b>	<b>117.173</b>	<b>117.173</b>	<b>466.564</b>	<b>170.838</b>	<b>637.402</b>

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 6. Reapresentação--Continuação

#### e) Nota Conciliatória - Demonstração do resultado

	31 de dezembro de 2020 - Originalmente apresentada			Ajustes			31 de dezembro de 2020 - reapresentado		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Operações em continuidade</b>									
Receita de construção - Ativo de contrato	-	144.283	144.283	-	19.807	19.807	-	164.090	164.090
Remuneração de ativo de contrato	-	6.646	6.646	-	(1.072)	(1.072)	-	5.574	5.574
Outras receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	150.929	150.929	-	18.735	18.735	-	169.664	169.664
<b>Deduções da receita operacional</b>									
Pis e Cofins	-	(13.950)	(13.950)	-	(1.745)	(1.745)	-	(15.695)	(15.695)
	-	(13.950)	(13.950)	-	(1.745)	(1.745)	-	(15.695)	(15.695)
<b>Receita líquida operacional</b>	-	136.979	136.979	-	16.990	16.990	-	153.969	153.969
<b>Custos e despesas</b>									
Custo de construção	-	(101.086)	(101.086)	-	-	-	-	(101.086)	(101.086)
Pessoal	(144)	-	(144)	-	-	-	(144)	-	(144)
Material	(2)	-	(2)	-	-	-	(2)	-	(2)
Serviços de terceiros	(456)	-	(456)	-	-	-	(456)	-	(456)
Aluguéis	(25)	-	(25)	-	-	-	(24)	-	(24)
Outras despesas	(73)	-	(73)	-	-	-	(74)	-	(74)
	(700)	(101.086)	(101.786)	-	-	-	(700)	(101.086)	(101.786)
<b>Resultado da atividade</b>	(700)	35.893	35.193	-	16.990	16.990	(700)	52.883	52.183
<b>Resultado financeiro</b>									
Receitas financeiras	-	1.897	1.897	-	-	-	-	1.897	1.897
Despesas financeiras	-	(4.605)	(4.605)	-	-	-	-	(4.605)	(4.605)
	-	(2.708)	(2.708)	-	-	-	-	(2.708)	(2.708)
<b>Resultado antes dos impostos</b>	(700)	33.185	32.485	-	16.990	16.990	(700)	50.175	49.475
Tributos correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	35.615	(46.518)	(10.903)	-	(5.777)	(5.777)	35.615	(52.295)	(16.680)
<b>Resultado do exercício</b>	34.915	(13.333)	21.582	-	11.213	11.213	34.915	(2.120)	32.795

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 6. Reapresentação--Continuação

#### e) Nota Conciliatória - Demonstração do resultado--Continuação

	31 de dezembro de 2021 - Originalmente apresentada			Ajustes			31 de dezembro de 2021 - reapresentado		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Operações em continuidade</b>									
Receita de construção - Ativo de contrato	-	228.247	228.247	-	98.498	98.498	-	326.745	326.745
Remuneração de ativo de contrato	-	28.041	28.041	-	(60)	(60)	-	27.981	27.981
Outras receitas	-	256.288	256.288	-	98.438	98.438	-	354.726	354.726
<b>Deduções da receita operacional</b>									
Pis e Cofins	-	(23.717)	(23.717)	-	(9.094)	(9.094)	-	(32.811)	(32.811)
	-	(23.717)	(23.717)	-	(9.094)	(9.094)	-	(32.811)	(32.811)
<b>Receita líquida operacional</b>	-	232.571	232.571	-	89.344	89.344	-	321.915	321.915
<b>Custos e despesas</b>									
Custo de construção	-	(201.397)	(201.397)	-	-	-	-	(201.397)	(201.397)
Pessoal	(891)	-	(891)	-	-	-	(891)	-	(891)
Material	(2)	-	(2)	-	-	-	(2)	-	(2)
Serviços de terceiros	(168)	-	(168)	-	-	-	(168)	-	(168)
Aluguéis	(32)	-	(32)	-	-	-	(33)	-	(33)
Outras despesas	(2)	-	(2)	-	-	-	(1)	-	(1)
	(1.095)	(201.397)	(202.492)	-	-	-	(1.095)	(201.397)	(202.492)
<b>Resultado da atividade</b>	(1.095)	31.174	30.079	-	89.344	89.344	(1.095)	120.518	119.423
<b>Resultado financeiro</b>									
Receitas financeiras	-	8.870	8.870	-	-	-	-	8.870	8.870
Despesas financeiras	(3)	(21.346)	(21.349)	-	-	-	(3)	(21.346)	(21.349)
	(3)	(12.476)	(12.479)	-	-	-	(3)	(12.476)	(12.479)
<b>Resultado antes dos impostos</b>	(1.098)	18.698	17.600	-	89.344	89.344	(1.098)	108.042	106.944
Tributos correntes									
Tributos diferidos	373	(6.357)	(5.984)	-	(30.377)	(30.377)	373	(36.734)	(36.361)
<b>Resultado do exercício</b>	(725)	12.341	11.616	-	58.967	58.967	(725)	71.308	70.583

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 6. Reapresentação--Continuação

#### f) Nota conciliatória - Patrimônio Líquido

	31/12/2020		01/01/2021	31/12/2021		31/12/2021
	Originalmente Apresentada	Ajuste	Reapresentada	Originalmente Apresentada	Ajuste	Reapresentada
Patrimônio líquido societário	17.649	8.410	26.059	26.361	52.635	78.996
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória						
Ativo de contrato	(151.591)	(18.735)	(170.326)	(407.879)	(117.173)	(525.052)
Imobilizado e intangível	104.255	-	104.255	318.128	-	318.128
Impostos diferidos	60.576	7.522	68.098	90.650	46.993	137.643
Patrimônio líquido regulatório	30.889	(2.803)	28.086	27.260	(17.545)	9.715

#### g) Nota conciliatória - Receita e custo de construção

	2020						2020		
	Originalmente apresentada			Ajustes de reapresentação			Reapresentada		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Receita operacional bruta</b>									
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	144.283	144.283	-	19.806	19.807	-	164.089	164.090
Remuneração do Ativo de Contrato	-	6.646	6.646	-	(1.072)	(1.072)	-	5.574	5.574
	-	150.929	150.929	-	18.734	18.735	-	169.663	169.664
<b>Deduções da receita operacional</b>									
PIS e Cofins	-	(13.950)	(13.950)	-	(1.744)	(1.745)	-	(15.694)	(15.695)
<b>Receita operacional líquida</b>	-	136.979	136.979	-	16.990	16.990	-	153.969	153.969
<b>Custo de Construção</b>	-	(101.086)	(101.086)	-	-	-	-	(101.086)	(101.086)

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 6. Reapresentação--Continuação

#### f) Nota conciliatória - Receita e custo de construção--Continuação

	2021						2021		
	Originalmente apresentada			Ajustes de reapresentação			Reapresentada		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Receita operacional bruta</b>									
<b>Receita de Construção - Ativo de Contrato</b>	-	228.247	228.247	-	98.498	98.498	-	326.745	326.745
<b>Remuneração do Ativo de Contrato</b>	-	28.041	28.041	-	(60)	(60)	-	27.981	27.981
	-	256.288	256.288	-	98.438	98.438	-	354.726	354.726
<b>Deduções da receita operacional PIS e Cofins</b>	-	(23.717)	(23.717)	-	(9.094)	(9.094)	-	(32.811)	(32.811)
<b>Receita operacional líquida</b>	-	(23.717)	(23.717)	-	(9.094)	(9.094)	-	(32.811)	(32.811)
<b>Custo de Construção</b>	-	(201.397)	(201.397)	-	-	-	-	(201.397)	(201.397)

#### h) Nota conciliatória - Lucro / Prejuízo Líquido

	31/12/2020		01/01/2021	31/12/2021		31/12/2021
	(Originalmente apresentada)	Ajuste		(Originalmente apresentada)	Ajuste	
<b>Lucros dos exercícios societários</b>	21.582	11.213	32.795	11.616	58.967	70.583
<b>Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória</b>						
Receita	(150.929)	(18.735)	(169.664)	(256.288)	(98.438)	(354.726)
PIS/Cofins	13.950	1.745	15.695	23.717	9.094	32.811
Custo de Construção	101.086	-	101.086	201.397	-	201.397
Resultado financeiro	2.708	-	2.708	12.476	-	12.476
IR/CS diferidos e correntes	46.518	5.777	52.295	6.357	30.377	36.734
<b>Lucro do exercício regulatório</b>	34.915	-	34.915	(725)	-	(725)

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2022, 2021 e 1º de janeiro de 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	-	433
Bancos	<b>218</b>	614
Aplicações financeiras (a)	<b>201.776</b>	93.293
	<b><u>201.994</u></b>	<b><u>94.340</u></b>

- (a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 75% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 8. Imobilizado e Intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado - R\$ mil	Valor bruto em				Adições		Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
	31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2022	líquidas = (A)- (B)+(C)			
<b>Ativo imobilizado em curso</b>									
<b>Transmissão</b>									
Terrenos/desapropriações	13.882	17.137	-	-	31.019	17.137	-	31.019	13.882
A Ratear									
Pessoal	1.123	1.495	-	-	2.618	1.495	-	2.618	1.123
Materiais	147.251	91.184	-	39.324	277.759	130.508	-	277.759	147.251
Serviços	125.010	82.055	-	4.398	211.464	86.453	-	211.464	125.010
Outros	13.535	8.168	-	-	21.702	8.168	-	21.702	13.535
Resultado financeiro	(10.681)	79.026	-	-	68.345	79.026	-	68.345	(10.681)
Adiantamento a fornecedores	18.839	25.631	-	(43.722)	748	(18.091)	-	748	18.839
Material em depósito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>									
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>308.959</b>	<b>304.696</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>613.655</b>	<b>304.696</b>	<b>-</b>	<b>613.655</b>	<b>308.959</b>
<b>Total do ativo imobilizado</b>	<b>308.959</b>	<b>304.696</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>613.655</b>	<b>304.696</b>	<b>-</b>	<b>613.655</b>	<b>308.959</b>

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 8. Imobilizado e Intangível--Continuação

Imobilizado - R\$ mil	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Adições		Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
					Valor bruto em 31/12/2021	líquidas = (A)- (B)+(C)			
<b>Ativo imobilizado em curso</b>									
<b>Transmissão</b>									
Terrenos/desapropriações	3.788	10.094	-	-	13.882	10.094	-	13.882	3.788
A Ratear									
Pessoal	192	931	-	-	1.123	931	-	1.123	192
Materiais	1.360	145.891	-	-	147.251	145.891	-	147.251	1.360
Serviços	47.896	77.114	-	-	125.010	77.114	-	125.010	47.896
Outros	543	12.992	-	-	13.535	12.992	-	13.535	543
Resultado financeiro	3.323	-	(14.004)	-	(10.681)	(14.004)	-	(10.681)	3.323
Adiantamento a fornecedores	45.082	-	(26.423)	-	18.839	(26.243)	-	18.839	45.082
Material em depósito	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>									
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>102.184</b>	<b>247.022</b>	<b>(40.247)</b>	<b>-</b>	<b>308.959</b>	<b>206.775</b>	<b>-</b>	<b>308.959</b>	<b>102.184</b>
<b>Total do ativo imobilizado</b>	<b>102.184</b>	<b>247.022</b>	<b>(40.247)</b>	<b>-</b>	<b>308.959</b>	<b>206.775</b>	<b>-</b>	<b>308.959</b>	<b>102.184</b>

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 8 Imobilizado e intangível--Continuação

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ mil	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
<b>Ativo intangível em curso</b>									
Depósitos judiciais	9.169	9.195	-	-	18.364	9.195	-	18.364	9.169
<b>Subtotal</b>	9.169	9.195	-	-	18.364	9.195	-	18.364	9.169
<b>Total do intangível</b>	9.169	9.195	-	-	18.364	9.195	-	18.364	9.169

Intangível - R\$ mil	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
<b>Ativo intangível em curso</b>									
Depósitos judiciais	2.071	7.098	-	-	9.169	-	-	9.169	2.071
<b>Subtotal</b>	2.071	7.098	-	-	9.169	-	-	9.169	2.071
<b>Total do intangível</b>	2.071	7.098	-	-	9.169	-	-	9.169	2.071

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 9. Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Materiais e serviços	682	12.355
Provisões (i)	2.825	8.686
	<u>3.507</u>	<u>21.041</u>

- (i) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais.

### 10. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

<u>Transações</u>	<u>Passivo</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cymi Construções e Participações (i)	29.781	8.734
Cymi do Brasil (i)	691	4.828
Cymi Tech (ii)	-	3.236
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b><u>30.472</u></b>	<b><u>16.798</u></b>

- (i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações e Cymi do Brasil.
- (ii) Refere-se à Cymi Tech, empresa do grupo integradora de equipamentos de proteção, controle e telecomunicações e desenvolvimento de aplicações e soluções de engenharia

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

#### a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa de juros contratual	31/12/2022	31/12/2021
Intesa San Paolo	BRL	23/04/2023	CDI + 1,15% a.a.	82.435	78.204
Citibank(*)	USD	24/10/2023	6,11% a.a	99.549	-
Scotiabank (*)	USD	20/04/2023	4,9725%a.a	98.422	313.007
Debêntures	BRL	15/09/2046	IPCA +6,15%	380.766	-
(-) Custo de captação				(4.573)	-
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>				<b>656.599</b>	<b>391.210</b>
Circulante				280.405	391.210
Não circulante				376.194	-

(\*) Esse empréstimo é denominado em dólar, e, juntamente com a contratação dos empréstimos, a Companhia contrata derivativos (Swap) para proteção cambial, conforme descrito na Nota 16.1.

#### b) Movimentação em 2022

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Adições	Juros e Atualização Monetária	Variação cambial	Custo de Transação a Amortizar	Amortização de principal	Amortização de juros	Variação cambial realizada	Saldo em 31/12/2022
Intesa Sanpaolo	78.204	-	10.004	-	-	-	(5.773)	-	82.435
Scotiabank	313.006	-	421	(63.643)	-	(300.00)	(1.304)	51.519	-
Scotiabank	-	250.572	4.566	32.369	-	(250.572)	(4.697)	(32.238)	-
Scotiabank	-	100.000	272	(1.850)	-	-	-	-	98.422
Citibank	-	249.036	4.855	34.876	-	(249.036)	(5.003)	(34.728)	-
Citibank	-	100.000	240	(691)	-	-	-	-	99.549
Debêntures	-	379.000	1.766	-	-	-	-	-	380.766
Custos de transação	-	(4.590)	-	-	17	-	-	-	(4.573)
<b>Total</b>	<b>391.210</b>	<b>1.074.018</b>	<b>22.124</b>	<b>1.061</b>	<b>17</b>	<b>(799.608)</b>	<b>(16.777)</b>	<b>(15.447)</b>	<b>656.599</b>

#### c) Movimentação em 2021

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2020	Adições	Juros	Variação cambial	Amortização do principal	Amortização de juros	Saldo em 31/12/2022
Itaú	100.755	-	3.454	-	(100.000)	(4.209)	-
Alfa	75.623	-	807	-	(75.000)	(1.430)	-
Société Generali	76.925	-	874	-	(75.000)	(2.799)	-
Intesa SanPaolo	-	75.000	3.204	-	-	-	78.204
Scotiabank	-	300.000	841	12.165	-	-	313.006
<b>Total</b>	<b>253.303</b>	<b>375.000</b>	<b>9.180</b>	<b>12.165</b>	<b>(250.000)</b>	<b>(8.438)</b>	<b>391.210</b>

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação**

#### Banco Intesa Sanpaolo

Em 23 de abril de 2021 a Companhia celebrou junto ao Banco Intesa Sanpaolo a portabilidade de um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de 75.000, com data de vencimento em 26 de abril de 2022, sendo renovado até o dia 20 de abril de 2023.

#### Banco Scotiabank

Em 20 de abril de 2021 a Companhia celebrou junto ao Banco Scotiabank um contrato de 4131 com *swap* até o limite de 300.000, com data de vencimento em 20 de abril de 2022. No dia do vencimento, a Companhia liquidou o contrato, celebrando junto ao banco um novo contrato de 4131 com *swap* até o limite de 250.572, com data de vencimento em 20 de dezembro de 2022. No dia do vencimento, a Companhia o liquidou novamente, celebrando junto ao banco um novo contrato de 4131 com *swap* até o limite de 100.000, com data de vencimento em 20 de outubro de 2023.

#### Banco Citibank

Em 19 de abril de 2022 a Companhia celebrou junto ao Banco Citibank um contrato de 4131 com *swap* até o limite de 249.036, com data de vencimento em 15 de dezembro de 2022. Na data do vencimento, a Companhia quitou o contrato, celebrando junto ao banco um novo contrato de 4131 com *swap* até o limite de 100.000, com data de vencimento em 14 de outubro de 2023.

#### Debêntures

No dia 17 de novembro de 2022, a Companhia celebrou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, tendo como banco coordenador o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os recursos captados por meio desta emissão visam ser integralmente utilizados para o pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica.

Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada, as debêntures terão prazo de vencimento de 285 meses e 28 dias contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2046. As amortizações de juros remuneratórios e principais ocorrerão semestralmente, cujo primeiro pagamento está previsto para 15 de março de 2024. O contrato prevê juros remuneratórios sob a taxa de IPCA + 6,15%, portanto, trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação**

#### Debêntures--Continuação

O valor somado de todas as integralizações não excederá R\$636.000. A primeira integralização ocorreu na data de emissão das debêntures no valor de R\$379.000.

A segunda integralização de R\$170.000 ocorrerá apenas após a satisfação de condições suspensivas, entre elas:

- (i) Comprovação da efetivação das notificações ao ONS, à ANEEL e a quaisquer outros órgãos e entidades a quem deva ser comunicada a constituição da cessão fiduciária de direitos emergentes e creditórios na forma do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (ii) Comprovação dos gastos referentes a implantação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2019-ANEEL, mediante apresentação de declaração assinada pelos representantes legais da Companhia, atestando a destinação dos recursos;
- (iii) Comprovação de nova integralização, pelos acionistas da Companhia, em moeda corrente no capital social da Companhia ou por meio de aumento de capital a partir da conversão de reservas de lucros, no montante correspondente a, no mínimo, 25% do valor da Segunda Integralização;
- (iv) Apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND) ou de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em nome da Emissora;
- (v) Apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal em nome da Emissora;
- (vi) Apresentação de declaração de regularidade ambiental do Projeto assinada pelos representantes legais da Companhia;
- (vii) Apresentação de fianças bancárias, pelas quais os fiadores se responsabilizem pelo valor integral da Segunda Integralização;
- (viii) Apresentação de Certificado de Adimplemento expedido pela ANEEL em nome da Emissora, para os fins do disposto no artigo 6º da Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993;
- (ix) Caso a Companhia celebre contrato de financiamento entre as datas da primeira e segunda integralizações das Debêntures, apresentação de uma via assinada do Contrato de Compartilhamento de Garantias, revestida de todas as formalidades legais.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação**

#### Debêntures--Continuação

São condições suspensivas para a terceira integralização das debêntures para que o volume alcance o patamar de até 590.000 (quinhentos e noventa mil), as quais deverão ser comprovadas ao Agente Fiduciário pela Companhia, entre elas:

- (i) comprovação dos gastos referentes a implantação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2019-ANEEL, mediante apresentação de declaração assinada pelos representantes legais da Companhia, atestando a destinação dos recursos;
- (ii) Comprovação de nova integralização, pelos acionistas da Companhia, no capital social da Emissora no montante correspondente a, no mínimo, 25% do valor da Terceira Integralização; e
- (iii) Apresentação de fianças bancárias, pelas quais os fiadores se responsabilizem pelo valor integral da Terceira Integralização;
- (iv) Apresentação da licença de Instalação referente à Linha de Transmissão 525kV Guaíba 3 – Capivari do Sul, expedida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (“FEPAM”) do estado do Rio Grande do Sul;
- (iv) Caso o Contrato de Financiamento seja celebrado entre as datas da segunda e terceira integralizações das Debêntures, apresentação de uma via assinada do Contrato de Compartilhamento de Garantias, revestida de todas as formalidades legais.

São condições suspensivas para a quarta integralização de debêntures para que o volume alcance o limite total das integralizações, das quais deverão ser comprovadas ao Agente Fiduciário pela Companhia:

- (i) Comprovação dos gastos referentes a implantação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2019-ANEEL, mediante apresentação de declaração assinada pelos representantes legais da Companhia, atestando a destinação dos recursos;
- (ii) Comprovação de nova integralização, pelos acionistas da Companhia, no capital social da Emissora no montante correspondente a, no mínimo, 25% do valor da quarta Integralização; e
- (iii) Apresentação de fianças bancárias, pelas quais os fiadores se responsabilizem pelo valor integral da quarta integralização;

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 11. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

#### Debêntures--Continuação

- (iv) Caso o Contrato de Financiamento seja celebrado entre as datas da segunda e terceira integralizações das Debêntures, apresentação de uma via assinada do Contrato de Compartilhamento de Garantias, revestida de todas as formalidades legais.

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “*covenants*” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, sendo que em 31 de dezembro de 2022 foram cumpridas.

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
2023	-	391.210
2024	<b>280.405</b>	-
2025	<b>50.761</b>	-
Após 2025	<b>50.731</b>	-
Total dívida	<b>279.274</b>	-
(-) Custo de transação a amortizar	<b>661.171</b>	391.210
<b>Total das obrigações</b>	<b>(4.572)</b>	-
	<b>656.599</b>	<b>391.210</b>

### 12. Impostos Diferidos

	<u>31/12/2022</u>	<u>Movimentação</u>	<u>Total</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Movimentação</u>	<u>Total</u> <u>31/12/2020</u>
<b>Ativo/passivo</b>					
Diferenças temporárias - Ativo	<b>40.488</b>	<b>4.402</b>	<b>36.086</b>	<b>373</b>	35.713
<b>Total não circulante</b>	<b>40.488</b>	<b>4.402</b>	<b>36.086</b>	<b>373</b>	35.713

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em 2 anos.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 13. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$146.846 (R\$1.486 em 2021), dividido em 146.846 ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00 cada.

Em 11 de novembro de 2022, conforme Reunião do Conselho de Administração ("RCA"), os administradores da Companhia aprovaram e integralizaram o aumento de capital no valor de R\$95.000.

Adicionalmente, em 12 de dezembro de 2022, conforme Reunião do Conselho de Administração ("RCA"), os administradores da Companhia aprovaram e integralizaram o aumento de capital no valor de R\$50.000.

Os respectivos aportes de capital supracitados foram proporcionais a participação de cada quotista, sendo 50% referentes à Cymi Construções e Participações S.A e 50% referente ao Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

O capital social da Companhia é composto como se segue:

Quotistas	31/12/2022			31/12/2021		
	Qtde. de Ações	%	Valor (em reais)	Qtde. de Ações	%	Valor (em reais)
Cymi Construções e Participações S.A.	73.243.000	50%	73.243.000	743.000	50%	743.000
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	73.243.000	50%	73.243.000	743.000	50%	743.000
<b>Total</b>	<b>146.486.000</b>	<b>100%</b>	<b>146.486.000</b>	<b>1.486.000</b>	<b>100%</b>	<b>1.486.000</b>

#### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 o valor da reserva legal foi de R\$7.761.

#### c) Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 13. Patrimônio líquido--Continuação

#### c) Política de dividendos--Continuação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>01/01/2021</u>
		(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	<b>155.216</b>	70.583	32.795
(-) Reserva legal	<b>(7.761)</b>	-	(297)
<b>Lucro ajustado</b>	<b>147.455</b>	70.583	32.498
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>36.864</b>	17.646	8.125

No dia 30 de abril de 2022 os acionistas em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), deliberaram a renúncia dos dividendos mínimos obrigatórios no total de R\$25.770 por motivos de planejamento financeiro estratégicos, bem como reinvestimento na própria Companhia.

#### d) Reserva de lucros a realizar

A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente.

### 14. Receita

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Outras receitas		
Doações (*)	<b>2.273</b>	-
<b>Total doações</b>	<b>2.273</b>	-
<b>(-) PIS e COFINS</b>	<b>(210)</b>	-
<b>Receita doações líquida</b>	<b>2.063</b>	-

(\*) Em 2022 a Companhia recebeu doações no montante de 2.273 da Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 15. Custos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços de terceiros (i)	<b>(654)</b>	(168)
Outras despesas e receitas	<b>(1.215)</b>	(927)
	<b><u>(1.869)</u></b>	<b><u>(1.095)</u></b>

(i) Refere-se substancialmente a serviços de Operação e Manutenção, serviços de assessoria jurídica, assessoria contábil e serviços de telecomunicação.

### 16. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucros regulatório antes do IRPJ e da CSLL	<b>194</b>	(1.098)
Alíquota vigente	<b>34%</b>	34%
Despesa de IR e CSLL	<b>65</b>	(373)
Total de Correntes	<b>(4.467)</b>	-
Total de diferidos	<b>4.402</b>	373
	<b><u>(65)</u></b>	<b><u>373</u></b>
	<b>-34%</b>	-34%

### 17. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

#### a) Gerenciamento de riscos

Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 17. Instrumentos financeiros--Continuação

#### a) Gerenciamento de riscos--Continuação

- (a) Risco de crédito.
- (b) Risco de mercado.
- (c) Risco de liquidez.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

#### i) *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<b>201.994</b>	94.340
	<b>201.994</b>	94.340

Caixa e equivalentes de caixa - representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

#### ii) *Risco de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 17. Instrumentos financeiros--Continuação

#### a) Gerenciamento de riscos--Continuação

##### ii) *Risco de mercado*--Continuação

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

<b>Instrumentos financeiros por indexador</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Aplicações financeiras</b>		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	<b>201.776</b>	93.293
Instrumentos financeiros derivativos (CDI e USD)	-	16.260
<b>Passivos financeiros</b>		
Instrumentos financeiros	<b>1.658</b>	-
Financiamento (CDI e USD)	<b>280.405</b>	391.210
Financiamento Longo Prazo (IPCA)	<b>380.766</b>	-

##### iii) *Riscos de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2022. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	<b>Fluxo de caixas contratuais</b>			
	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>Entre 2 e 3 anos</b>	<b>Acima de 3 anos</b>
Fornecedores	<b>3.507</b>	<b>3.507</b>	-	-
Empréstimos Financiamentos e debêntures	<b>661.171</b>	<b>280.405</b>	<b>101.492</b>	<b>279.274</b>
Total	<b>664.678</b>	<b>283.912</b>	<b>101.492</b>	<b>279.274</b>

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 17. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Categorias de instrumentos financeiros

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Categoria</u>
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado

<u>Passivos financeiros</u>	<u>Categoria</u>
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio do resultado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos, Financiamento e debentures	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

#### *Classificações contábeis e valores justos*

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Fornecedores - a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos.
- Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

#### c) Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

- Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 17. Instrumentos financeiros--Continuação

#### c) Hierarquia do valor justo--Continuação

- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descritivo	31/12/2022			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Aplicações financeiras	-	201.776	-	201.776
<b>Total</b>	-	<b>201.776</b>	-	<b>201.776</b>

Descritivo	31/12/2021			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Aplicações financeiras	-	93.293	-	93.293
Instrumentos financeiros	-	16.260	-	16.260
<b>Total</b>	-	<b>109.553</b>	-	<b>109.553</b>

#### d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de SWAP, para efetuar a troca de exposição ao Dólar mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como *hedges*, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía os seguintes derivativos vigentes:

Derivativo	Data da contratação	Data de vencimento	Valor de referência ( <i>notional</i> ) - R\$		Valor justo ativo (R\$)	
			2022	2021	2022	2021
Swap Citibank	15/12/2022	24/10/2023	100.000	-	(71)	-
Swap Scotiabank	20/12/2022	20/10/2023	100.000	300.000	(1.587)	16.260
			<b>200.000</b>	<b>300.000</b>	<b>(1.658)</b>	<b>16.260</b>

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 18. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis vigentes na legislação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Desta forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras societárias com as apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

**Balço patrimonial**  
**Em 31 de dezembro de 2022**  
**(Em milhares de reais)**

	2022			2021 (Reapresentada)		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	201.994	-	201.994	94.340	-	94.340
Impostos a recuperar	5.001	-	5.001	1.370	-	1.370
Instrumentos derivativos	-	-	-	16.260	-	16.260
Ativo de contrato	-	331.532	331.532	-	-	-
Outros ativos circulantes	209	-	209	123	-	123
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>207.204</b>	<b>331.532</b>	<b>538.736</b>	<b>112.093</b>	<b>-</b>	<b>112.093</b>
<b>Não circulante</b>						
IRPJ e CSLL diferidos	40.488	(40.488)	-	36.086	(36.086)	-
Outros ativos não circulantes	-	-	-	257	-	257
Ativo de contrato	-	798.341	798.341	-	525.052	525.052
Imobilizado	613.655	(613.655)	-	308.959	(308.959)	-
Intangível	18.365	(18.365)	-	9.169	(9.169)	-
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>672.508</b>	<b>125.833</b>	<b>798.341</b>	<b>354.471</b>	<b>170.838</b>	<b>525.309</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>879.712</b>	<b>457.365</b>	<b>1.337.077</b>	<b>466.564</b>	<b>170.838</b>	<b>637.402</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores	3.507	-	3.507	21.041	-	21.041
Empréstimos e financiamentos	280.405	-	280.405	391.210	-	391.210
Impostos a recolher	5.455	-	5.455	640	-	640
Partes relacionadas	30.472	-	30.472	16.798	-	16.798
Dividendos	36.864	-	36.864	25.770	-	25.770
Instrumentos derivativos	1.658	-	1.658	-	-	-
Otras obrigações	332	-	332	599	-	599
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>358.693</b>	<b>-</b>	<b>358.693</b>	<b>456.058</b>	<b>-</b>	<b>456.058</b>
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	376.194	-	376.194	-	48.567	48.567
IRPJ e CSLL diferido	-	104.513	104.513	-	52.990	52.990
Pis e Cofins diferidos	-	92.329	92.329	-	-	-
Otras obrigações	1.075	-	1.075	791	-	791
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>377.269</b>	<b>196.842</b>	<b>574.111</b>	<b>791</b>	<b>101.557</b>	<b>102.348</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	146.486	-	146.486	1.486	-	1.486
Reserva de lucros	257.787	-	257.787	77.510	-	77.510
Lucros acumulados	(260.523)	260.523	-	(69.281)	69.281	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>143.750</b>	<b>260.523</b>	<b>404.273</b>	<b>9.715</b>	<b>69.281</b>	<b>78.996</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>879.712</b>	<b>457.365</b>	<b>1.337.077</b>	<b>466.564</b>	<b>170.838</b>	<b>637.402</b>

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação  
31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 18. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

#### Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

	2022			2021 (reapresentada)		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Operações em continuidade</b>						
Receita de construção - Ativo de contrato	-	539.215	539.215	-	326.745	326.745
Remuneração de ativo de contrato	-	65.605	65.605	-	27.981	27.981
Outras receitas	2.273	-	2.273	-	-	-
	<b>2.273</b>	<b>604.820</b>	<b>607.093</b>	-	<b>354.726</b>	<b>354.726</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
Pis e Cofins	(210)	(55.946)	(56.156)	-	(32.811)	(32.811)
	<b>(210)</b>	<b>(55.946)</b>	<b>(56.156)</b>	-	<b>(32.811)</b>	<b>(32.811)</b>
<b>Receita líquida operacional</b>	<b>2.063</b>	<b>548.874</b>	<b>550.937</b>	-	<b>321.915</b>	<b>321.915</b>
<b>Custos e despesas</b>						
Custo de construção	-	(332.359)	(332.359)	-	(201.397)	(201.397)
Pessoal	(1.000)	-	(1.000)	(891)	-	(891)
Material	(6)	-	(6)	(2)	-	(2)
Serviços de terceiros	(654)	-	(654)	(168)	-	(168)
Aluguéis	(56)	-	(56)	(33)	-	(33)
Outras despesas	(153)	-	(153)	(1)	-	(1)
	<b>(1.869)</b>	<b>(332.359)</b>	<b>(334.228)</b>	<b>(1.095)</b>	<b>(201.397)</b>	<b>(202.492)</b>
<b>Resultado da atividade</b>	<b>194</b>	<b>216.515</b>	<b>216.709</b>	<b>(1.095)</b>	<b>120.518</b>	<b>119.423</b>
<b>Resultado financeiro</b>						
Receitas financeiras	-	22.401	22.401	-	8.870	8.870
Despesas financeiras	-	(3.934)	(3.934)	(3)	(21.346)	(21.349)
	-	<b>18.467</b>	<b>18.467</b>	<b>(3)</b>	<b>(12.476)</b>	<b>(12.479)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>194</b>	<b>234.982</b>	<b>235.176</b>	<b>(1.098)</b>	<b>108.042</b>	<b>106.944</b>
Tributos correntes	(4.467)	-	(4.467)			
Tributos diferidos	4.402	(79.895)	(75.493)	373	(36.734)	(36.361)
<b>Resultado do exercício</b>	<b>129</b>	<b>155.087</b>	<b>155.216</b>	<b>(725)</b>	<b>71.308</b>	<b>70.583</b>

#### Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **18. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação**

#### Ativo de contrato--Continuação

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Para fins de demonstração financeira societária ressaltamos que com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passaram a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 18. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

#### Ativo de contrato--Continuação

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

- Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (“ONS”) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

#### Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47/IFRS15 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste 21. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

#### Impostos diferidos e correntes

Conforme detalhado na nota de ajuste 22, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes. Essa rubrica é composta pelo pis e cofins diferidos e IRPJ e CSLL diferidos e efeitos do imposto corrente sobre a Rap.

#### Patrimônio Líquido

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentada)
Patrimônio líquido societário	<b>404.273</b>	78.996
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	<b>(1.129.873)</b>	(525.052)
Imobilizado e intangível	<b>632.020</b>	318.128
impostos diferidos	<b>237.330</b>	137.643
Patrimônio líquido regulatório	<b>143.750</b>	9.715

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 18. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

#### Patrimônio líquido--Continuação

O efeito positivo acima demonstrado é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47/IFRS15 líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

#### Receita e custo de construção

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47/IFRS15 são desconsiderados.

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do CPC 47/IFRS15 está demonstrada a seguir:

	2022			2021 (reapresentado)		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Receita operacional bruta</b>						
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	228.247	539.215	-	326.745	326.745
Remuneração do Ativo de Contrato	-	28.041	65.605	-	27.981	27.981
	-	256.288	604.820	-	354.726	354.726
<b>Deduções da receita operacional</b>						
PIS e Cofins	(210)	(55.946)	(56.156)	-	(32.811)	(32.811)
<b>Receita operacional líquida</b>	(210)	(55.946)	(56.156)	-	(32.811)	(32.811)
<b>Custo de Construção</b>	-	(332.359)	(332.359)	-	(201.397)	(201.397)

#### Lucro/prejuízo líquido

	31/12/2022	31/12/2021 (reapresentada)
	<b>Lucros dos exercícios societários</b>	155.216
<b>Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória</b>		
Receita	(604.820)	(354.726)
PIS/Cofins	55.946	32.811
Custo de Construção	332.359	201.397
Resultado financeiro	(18.467)	12.476
IR/CS diferidos e correntes	79.895	36.734
<b>Lucro do exercício regulatório</b>	<b>129</b>	<b>(725)</b>

## **Pampa Transmissão de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### **18. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação**

#### Atualização do ativo de contrato da concessão, Receita de Construção ativo de contrato CPC 47/IFRS15

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão eliminando assim os efeitos do CPC 47/IFRS15.

#### Deduções da receita, PIS e Cofins diferidos

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

#### Custos de construção

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

#### Resultado financeiro

Os efeitos do pronunciamento técnico CPC 20, que diz que os custos dos empréstimos não são elegíveis de capitalização foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

### **19. Seguros**

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2022 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

## Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

### 19. Seguros--Continuação

Riscos	Data vigência	Importância segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Risco de Engenharia	01/07/2022 a 30/08/2023	637.052	152
Risco de Responsabilidade civil	01/07/2022 a 30/08/2023	637.052	18

### 20. Contingências

A Companhia é parte em demandas cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda no valor de R\$12, processo fundiário cível n. 5005624-65.2020.8.21.0039. A Companhia possui 4 (quatro) causas com prognóstico possíveis de perda que totalizam o valor de R\$33, na esfera cível que se referem a cobrança de supostos valores não pagos por empresa contratada.

#### Eficácia temporal da “coisa julgada”

Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

### 21. Eventos Subsequentes

#### Liquidação de Empréstimo Ponte

Em 20 de abril de 2023, a Companhia liquidou o contrato de financiamento obtido junto ao Banco Intesa San Paolo, no montante total de R\$ 85.974.